

Comissão pode parar gastança de Sarney

Evitar que o Governo Sarney gaste nos três primeiros meses do próximo ano grande parte do orçamento destinado ao próximo Presidente da República passou a ser uma preocupação fundamental da Comissão Mista de Orçamento, que começa a votar hoje a lei de diretrizes orçamentárias para 1990. Para impedir tal atitude por parte do Governo que está acabando, o deputado José Serra (PSDB-SP), relator do projeto de lei, defenderá a aprovação pelo Congresso de um dispositivo que limita o empenho de despesas do Executivo até 15 de março, em 1/7 das cotações orçamentárias.

Serra está também determinado a engessar os gastos com pessoal do próximo Governo e introduziu no projeto de lei de diretrizes um dispositivo que limita as despesas da administração pública com pessoal ao valor real praticado em 1989. O próximo Presidente, pelo menos durante os primeiros nove meses de seu Governo, terá uma margem bastante estreita para contratar pessoal.

EXTINÇÃO

O texto que começa a ser votado hoje prevê ainda a extinção de 80 por cento dos cargos de provimento disponíveis neste ano e de 50 por cento dos que sofrerem vacância em 1990. Com estes dispositivos, o Congresso quer contribuir para reduzir o número de funcionários públicos, sem a solução drástica da demissão.

A tônica da lei de diretrizes para 1990 será de "redução acentuada de despesas, mesmo assim sem qualquer garantia de que sobrem recursos para algum programa de investimento", avisa

ARQUIVO



Serra: guardar um pouco

Serra. A lei, segundo o deputado, restringirá de tal forma as possibilidades de gasto, que o Governo terá dificuldade em elaborar um programa de investimento, no projeto de lei orçamentária a ser enviada ao Congresso no próximo semestre.

— A votação da lei de diretrizes orçamentárias, além de ser acompanhada por assessores dos diversos candidatos à Presidência da República, desperta uma atenção especial nos vários ministérios, que procuram, através de pressões sobre os parlamentares, modificar as dotações recomendadas para as pastas pelo Executivo e pelo relator da matéria. Os parlamentares do Norte-Nordeste e Centro-Oeste, que somam 400 deputados e senadores, estarão também ativos para garantir a aplicação de parcelas ponderáveis dos investimentos nestas regiões. Um dos dispositivos que interessa ao grupo é a criação de um fundo de investimento das empresas estatais.